

CADEIRA N.º 22

Patrono: Justiniano de Serpa

Vaga: Falecimento de Manuel Leiria de Andrade

Recipiêdo: Pe. Misael Gomes (O discurso não pôde ser reconstituído)

Recipiendário: Alba Valdez

Data da posse: 4 de outubro de 1937 (eleição)

ALBA VALDEZ (Maria Rodrigues). Filha de João Rodrigues Peixe e Isabel Rodrigues Peixe, nasceu no sítio "Espírito Santo" do então Município de S. Francisco de Uruburetama, hoje Itapajé, em 12 de dezembro de 1874. O magistério foi a sua grande vida. Professora da Escola Normal do Ceará, dedicando-se desde muito cedo às atividades literárias. Publicou: *Em Sonho* (1904); *Dias de Luz* (1907). Em 1904, fundou a Liga Feminista Cearense e dela foi presidente. Escrevia com muita graça e correção lingüística. Pertenceu ao Instituto do Ceará. Foi a primeira mulher a ingressar na Academia.

Alba Valdez

Longe de mim a idéia de querer negar a vontade em ação como fator importante dos destinos humanos. É inegável que do nosso potencial volitivo, do nosso dinamismo psíquico depende em grande parte o desenho geométrico da própria existência, que se transfigura em estrela ou degenera em linhas que sobem, descem, se curvam, se emaranham em trama assimétrica, indefinida.

O processo existencial apercebe-se também do livre arbítrio, que considera o homem como responsável pelos seus atos, obedecendo a uma lei interior, que é ele mesmo, sobrepondo-se destarte às leis do movimento da matéria.

Daí decorrem, ressumando força de axiomas, fórmulas imperativas como esta: querer é poder. Ou: serás o que quiseres.

Doutra margem, o fatalismo insinua que, ao nascer, a criatura humana vem cumprir uma sorte. Tudo se acha escrito.

É positivamente uma doutrina antagônica aos meus princípios religiosos e inconciliável com os caracteres enérgicos e combativos esta que cultiva a pusilanimidade e aderentes.

Mas há fatos e mesmo vidas que nos causam surpresas, se bem que os psicólogos pretendem explicá-las, mediante a aplicação de métodos filosóficos.

O inesperado de tais situações, o imprevisto de tais vidas privilegiadas, sem a característica da maximalização do esforço dirigido, perturba-nos, por vezes, a função euritmica da vontade, que cai em colapso, destruindo o conceito apriorístico do êxito vislumbrado.

E, como se absorvêssemos misterioso filtro, experimentamos a influência letárgica do fatalismo. Aqui e alhures, a sabedoria do povo cerca-o de provérbios e sentenças.

Através de reminiscências de leituras apreendi um deles oriundo de longínqua e obscura região asiática. Amo repeti-lo, porque, à semelhança de certos crepúsculos, me fascina a sua grave beleza.

Aceitando o fatalismo para a existência de planície, o pequeno povo amarelo da Coréia como que canta: "Uns nascem para o sorriso; outros para a dor".

Se qualquer correspondência existe entre o indivíduo e o seu habitat é admissível este ruído em torno do fatalismo. Abri os olhos ao mundo e tenho vivido numa terra sobre a qual pesa a fatalidade cósmica da seca. Neste momento ousou dizer que estava escrito na minha vida que ela se alumiará com o sorriso desta hora de triunfo: a minha admissão, pela segunda vez, nesta Ilustre Companhia. A primeira, foi em 1922, quando a Academia Cearense de Letras, brotada do nobre tronco da velha Academia Cearense, se reajustava no cenário literário pela operosidade do nosso distinto consócio Leonardo Mota, sob a expressiva e justificada anuência do sócio fundador e primeiro orador da primitiva sociedade, Dr. Justiniano de Serpa, então Presidente do Estado.

Minguam tempo e espaço para traçar completa sinopse desse capítulo histórico da entidade gregária surgida em 15 de agosto de 1894, lembrado, entretanto, pelo Dr. Leonardo Mota no seu consistente e belo discurso, estampado na *Revista da Academia Cearense de Letras*, edição de dezembro de 1938.

Aqui, desejo apenas assinalar que, na reorganização de 1922, se adotou um critério, aliás, o que se impunha: com os elementos dispersos existentes em Fortaleza procedeu-se à necessária articulação e, no tocante aos que residiam fora, expediram-se-lhes títulos de sócios correspondentes. Prefixado o número de 40 acadêmicos para o novo quadro social, foram chamadas a preencherem os claros as figuras em evidência no panorama literário do Ceará, algumas projetando-se além das fronteiras.

Qual não foi, porém, a minha surpresa ao ver-me mencionada em tão brilhante nomenclatura?

Intimamente agradei àqueles expoentes do pensamento cearense o alto estímulo dado à minha modesta pena e foi com abundância de euforia que compareci em 8 de setembro de 1922 aos luxuosos salões do Clube Iracema para a solenidade da instalação, que esteve ao nível da grandiosidade das outras com que se comemoraram o centenário da Independência Nacional.

Transfigurado em Academia Cearense de Letras, o núcleo intelectual, ressurgido e apto, apresentava amplas possibilidades para viver e vencer. Pretendia-se fazer muito e se tal pretensão não se devolveu logo em realidade visibilíssima foi porque a isso se opôs uma congêrie de motivos. Tenha-se em consideração a falta de espaço vital para crescerem e frutificarem no meio indígena as associações literárias.

Com as ingentes dificuldades que, de princípio, cercam tais empreendimentos, os entusiasmos arrefecem, as vontades relaxam e como que tudo pára no meio do caminho ou se acaba.

Infelizmente, nenhum de nós, nessa emergência, possuía a fibra hercúlea, de exceção, daquele extraordinário Barão

de Studart, que, durante muitos anos, sozinho, foi o corpo e a alma da sociedade vastamente conhecida, que é o Instituto do Ceará.

A Academia Cearense de Letras ficava assim nas condições — comparando mal — de um solar, cujos proprietários, por motivos imperiosos, viviam ausentes. Lá fora alguns tomaram outros quadrantes; aqueles, obedecendo à lei natural da vida, tombaram para sempre inertes. Estes, porém, os remanescentes que se encontravam em Fortaleza, ofereciam emocionante exemplo de idealismo no esgrimir da pena, que nunca puseram de lado. Quanto a mim, continuei a espalhar no periodismo local e de fora páginas e tantas que, reunidas, ultrapassariam um volume.

Surgiu o ano de 1930. O regime que os homens de 89 tinham proclamado como forma ideal de governo envelhecera prematuramente, arrastando na decadência orgânica costumes e instituições.

Uma insatisfação, um mal-estar oprimia os espíritos, que clamavam por uma renovação. O Ceará aqueceu-se dos revérberos do incêndio, que alastrava o País. Ele sempre acompanhou a Pátria nas suas jornadas de progresso e civismo.

Assim aconteceu em 1817, em 1824, na guerra contra o Paraguai, no movimento abolicionista, no desbravamento da Amazônia e, ultimamente, no torvelinho furioso da guerra européia a que, em hora grave, foi o Brasil arrastado, englobando o seu nome com os daqueles que, denodadamente, combateram pela sobrevivência da Civilização.

Ninguém, mais do que o cearense, personificou a tenacidade e a coragem. É de ontem o maravilhoso episódio náutico da jangada "São Pedro". Sobre os toscos paus do lenho familiar, quatro pescadores fizeram-se ao mar da Praia de Iracema ao Rio de Janeiro, arrostando enormes perigos, para exporem ao Chefe da Nação a misérrima situação de sua classe.

Cerca de 61 anos atrás, outra jangada, a "Libertadora", descida de bordo do vapor "Espírito Santo", nas proximidades da Ilha Rasa, navegava daí, impulsionada pelo legendário *Dra-*

gão do Mar e outros companheiros, surgindo na baía de Guanabara como um símbolo imortal da luta pela redenção dos cativos. E que melhor prova da têmpera cearense do que a de resistir à fatalidade climática que, desde eras imêmore, cai sobre a terra natal, cujo despovoamento foi aconselhado por certos pais da pátria de antanho? Pobres pais da pátria, sem a mínima compreensão dos problemas nacionais, paredros de visão minguada, diante dos quais, tempos depois, se ergueu a esmagadora réplica feita ação do presidente Eptácio Pessoa, lindamente plagiada pelo ministro José Américo de Almeida que, com a sanção do presidente Getúlio Vargas, ativou a Inspetoria de Obras Contra as Secas, principalmente nos trabalhos da grande e pequena açudagem e da abertura de estradas de rodagem a fim de sustar o êxodo em massa.

E, nem rolou muito tempo, dez anos apenas, o Ceará, apesar dos repiquetes de seca intermediária, experimentou os benéficos resultados da nova política administrativa, vendo melhorar sensivelmente a sua situação econômica e aumentar o precioso cabedal da sua população.

Iniciava-se, de verdade, uma fase de prosperidade para a terra sofredora e combativa, que entrevia novos rumos econômicos com a industrialização da oiticica e outras matérias primas.

A capital cearense progredia. Fortaleza, "a loura desposada do sol", não dormitava mais à sombra dos palmares, como num ataque de lirismo cantou em célebre soneto o grande boêmio e harmonioso poeta cearense Paula Nei. Viera-lhe o que fazer com o desenvolvimento agrícola, comercial e industrial e, somente nas horas vagas, era que do alto dos arranha-céus da Praça do Ferreira e adjacências e dos terraços das residências dos bairros aristocráticos contemplava, lá em baixo, as esbeltas árvores, franjando de verde a Praia de Iracema, a Volta da Jurema, o Mucuripe, diante do mar eternamente inquieto.

A cidade crescia vertiginosamente. As construções urbanas, em certo momento, atingiram a média de 1 e meia casas por dia e as reconstruções dobraram o número algumas vezes.

O meio social, perdendo o acanhado ar provinciano, entonava-se em levezas, em requintes de elegância. Os artifícios da moda favoreciam as mulheres em qualquer idade, as quais, de cabeleira cortada e vestidos curtos, emprestavam às ruas, às praças, às reuniões mundanas, um colorido de nova garridice, de mocidade bizarra.

Aliás, elas não faziam mais do que acolher esta exortação: "Conservai a mocidade", que Pauchet, um autor estrangeiro, muito em moda, inscreveu na capa de volume oportuno. Volume de edição derramada que os homens também leram com o mesmo interesse crescente das mulheres. Renovar! Eis o grito delirante a reboar por toda parte.

O novo espírito do tempo exigia renovação, nova mentalidade e, nesse pressuposto, investiu-se contra o passado, tanto na política como nos outros campos da atividade social.

A literatura cearense ressentiu-se da trepidação da hora que passava e, sem embargo da distância no tempo, motivada pelo isolamento e longitude da terra, agora era que se ouviam as interrogações, as apóstrofes, as imagens, as antíteses, as definições, os paradoxos de efeito da célebre conferência — *O espírito moderno* — com a qual Graça Aranha, na sessão de 19 de junho de 1924, alvoroçou, ou antes, escandalizou a grave e pragmática Academia Brasileira de Letras.

Logo, no início da famosa peça, o intelectual reacionário havia afirmado com ardente convicção: "Tudo é móvel, tudo se esvai e tudo se transforma. O espírito moderno é uma abstração. No momento em que o definimos e o captamos, entrou no passado. Os efêmeros humanos sentem esta impossibilidade absoluta, mas persistem fatalmente em buscar na mobilidade a eternidade."

Em relação à Academia Cearense de Letras, anunciou-se a sua renovação que, de certo, marcaria brilhante acontecimento no meio intelectual conterrâneo. O solar abandonado estava, pois, em vésperas de viver grandes dias. Cessaria a dispersão da grei, que, novamente, se movimentaria para o combate das idéias em função com o interesse da Pátria.

Eu tinha, na certa, como parcela, embora diminuta, daquela soma de valores cerebrais de ocupar o meu lugar entre velhos companheiros da formação de 1922 e os novos, que trariam a seiva moça precisa aos cometimentos ulteriores.

A maneira, entretanto, que presidiu a essa nova reorganização encerrava o defeito da exclusão de antigos elementos sociais. Ora, pois, em vez da ação sinérgica em favor da cultura, praticava-se duramente a divisão entre a velha e a nova geração literária, resultando a voga de dois ismos — passadismo e modernismo — acrescidos aos já existentes para maior confusão da época.

Dissertando sobre a vida que, hoje, mais do que nunca, exige cooperação, solidariedade, Graça Aranha, o ás do modernismo, fez este comentário na sua célebre e já citada conferência: “Os seres são desiguais, mas para chegarmos à unidade, cada um tem de contribuir com uma porção de amor.”

Em virtude da “nova ordem” na Academia Cearense de Letras ficaram sem efeito alguns títulos de sócios, inclusive o meu. Era lógico que eu não me conformasse com a decisão tomada por alguns que foram arrastados na onda da confusão reinante e lavei o meu protesto. Sob a epígrafe *De Pé*, fi-lo estampar no *Jornal do Comércio*, desta capital, edição de 22 de maio de 1930. De pé eu permanecia e, de pé, permanecia a minha razão.

Pouco tempo depois, tive o prazer de ver o meu protesto, precedido de comentários que muito me honram, transcrito integralmente na revista carioca *Nação Brasileira* (agosto de 1930, nº 84, ano VIII) e em fragmentos no opúsculo intitulado *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Beviláqua*, no qual a ilustre escritora, esposa do maior jurisconsulto brasileiro, o imortal cearense Clóvis Beviláqua, tratava de assunto semelhante.

No relatar este caso não me move nenhum prurido individualista, de amor próprio ofendido. O amor próprio é um sentimento inferior, tornando-se nosso inimigo. Apenas, em mo-

mento oportuno, cumpri o meu dever defendendo os direitos da conspícua agremiação a que pertencia.

Outrossim, não devia destoar das tradições de brio e de honra do meu povo. Um povo que desconhece ou despreza os seus direitos não merece a graça de viver.

Senhores Acadêmicos: Jamais duvidei de que o espírito de eqüidade, de justiça, fosse o fulcro de vossa vida social. Vozes generosas me acolheram.

Mas que é da palavra completa para descrever o cenário em que me encontro, onde se me deparam figuras da mais alta esfera intelectual, que sois vós, senhores, que compondes a Academia Cearense de Letras?

Que é da palavra perfeita para harmonizar com o verbo do vosso magnífico intérprete padre doutor Misael Gomes, nome que se impõe no clero, na cátedra, nas associações culturais, na tribuna?

A minha palavra, essa, por tímida e fraca, não se colocará jamais à altura deste auditório, deste espetáculo da hospitalidade, que recebe o clarão da juventude inteligente e estudiosa, a graça feminina e a nobreza do coração cearense.

Não sei... Perdoai-me, senhores, mas neste momento, aprez-me crer no fatalismo. Sinto bafejar-me o hálito multi-secular do fatalismo histórico que pesa sobre a minha terra e sobre a minha raça.

Não o fatalismo da seca que martiriza o solo e o homem, mas o fatalismo do inverno que virá, seja quando for, revigorando no coração o germe da alegria.

Mercê de vossa magnanimidade, senhores Acadêmicos, venho tomar posse da Cadeira nº 22, criada por Leiria de Andrade, que escolheu para seu patrono o ilustre cearense Justiniano de Serpa. Não deixa de ser coincidência digna de registro a de se ligar o nome do Dr. Justiniano de Serpa a alguns episódios da minha vida literária.

Já aludi ao fato da minha inclusão na Academia Cearense, quando do seu reerguimento em 1922, sob os auspícios do sócio fundador, o presidente Serpa, e, agora, acabo de repetir o nome ilustre como nume tutelar da Cadeira que vou ocupar.

Há, porém, outro fato que, para mim, merece especial relevância por se tratar da parte inicial da minha peregrinação nos domínios da literatura. Não fora o jornalista J. de Serpa e jamais me teria exposto aos azares da palavra impressa. Ao caderno de composições da menina que entrara na Escola Normal, aos 12 anos, possivelmente se ajuntaria outros, à sombra fenecedora da gaveta.

Mas um dia, o Dr. J. de Serpa, que lecionava História do Brasil na Escola Normal, onde já me habilitara para o magistério, solicitou-me colaboração para o *Diário do Ceará*, que redigia nessa primeira fase, tendo por companheiros os Drs. J. Lino da Justa e Álvaro Sousa Mendes. De admirável talento verbal a que não faltavam fagulhas de bom humor, a sua palestra refletia o brilho colorido dos discursos que o distinguiram sempre nos movimentos cívicos e políticos em que se empenhara. Conforme a sua expressão, eu precisava reafirmar a tradição que deixara na Escola Normal, a qual — seja-me permitido enunciar — consistia em que sob a vista dos professores, eu rabiscava umas descriçõezinhas, julgadas premissas importantes.

Hoje creio que a minha pouca idade, mais do que o merecimento próprio, influiu no otimismo com que eram acolhidas as minhas produções literárias de então.

O convite situara-me numa colina donde o meu olhar descortinava uma paisagem sedutora.

Fora, afinal, atingido o calcanhar de Aquiles, a vaidade que, ora mais, ora menos, existe na espécie humana.

Agora, ao deter o pensamento na insopitável resolução de outrora, relativamente à publicidade dos meus escritos, culpo não só a minha vaidade, senão aquele momento de intenso fervor pelas letras. A Padaria Espiritual, que vovvera à liça, reunia uma *élite* moça, apaixonada, inquieta.

O caso concreto da criação do Centro Literário prendeu-se a uma dissidência entre elementos da Padaria Espiritual.

O ambiente literário, como era natural, encheu-se de vibração para a qual concorriam muitos moços de talento da

Escola Militar, com sede em Fortaleza, e que foram, mais tarde, altas figuras do Exército e das letras.

O infelizmente poeta Aníbal Teófilo, autor do soneto *A Cegonha*, que fica na retentiva do leitor, como arte e como filosofia, viveu no meio dessa geração estuante de vitalidade e de idealismo. Aos que se interessavam por um mais alto padrão mental ofereceu-se logo ensejo para aplaudir os antagonistas, cujas demonstrações de força e destreza eram os livros e as revistas que davam a lume e as produções em prosa e verso que espalhavam nos jornais.

O *Diário do Ceará* tornou-se um ponto de convergência dos novos, que encontravam animação e estímulo no respectivo corpo redatorial, liderado por J. de Serpa. Nessa época, ele atingia os 43 anos de idade, pois nasceu em Aquirás, em 6 de janeiro de 1852, segundo o *Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense*, do Barão de Studart.

Era um tipo de caboclo, estatura baixa, pescoço enterrado. No rosto acobreado de linhas vigorosas e regular desenho, luziam-lhe os olhos pretos, de fixidez penetrante. O primitivo sangue brasileiro que lhe corria nas veias, revelava-se ainda na característica somática dos cabelos tesos, para cima, deixando a descoberto ampla frente intelectual.

Mas o traço inesquecível do seu físico residia na face glabra, de nascença, que o diferenciava dos homens com quem ombreava no meio sócio-político.

O bigode e a barba constituíam, no tempo, um adorno respeitável, quiçá elegante, da fisionomia masculina e, é bem provável que, nesse ponto, J. de Serpa não amasse ser exceção. Passando, devagar, a mão sobre os lábios finos, o notável e aristocrático caboclo articulava entre os íntimos fingida lamentação a porejar ironia: "Se eu possuísse bigode, já teria sido ministro!"

A linha ascensional foi sempre o sentido da vida desse cearense paradigma. Por sobre os seus anos juvenis sobrevoavam histórias e lendas de pobreza, de dificuldades, de vontade inesgotável. Muita coisa se disse a esse respeito. Que, por exemplo, quando menino, trazia uma carta de ABC

e andava atrás de um e de outro, na vila natal, a ver se encontrava quem lhe ensinasse as letras ou a soletrar os nomes, conforme a pedagogia do tempo.

Se o conto não é verdadeiro, redundante, *ultima ratio*, em invulgar elogio às faculdades intelectuais do grande caboclo de Aquirás.

O que é certo é que a família, de origem obscura, sem meios, não podia enviá-lo aos estudos. Não obstante a precariedade das circunstâncias, adquiriu a instrução elementar e até esteve no Aracati, empregado como caixeiro.

O comércio, porém, não o interessara, sendo apenas um incidente mínimo no caminho a percorrer atrás de uma sorte brilhante.

Movido por força interior, que superava os obstáculos, continuava a ilustrar o espírito no desejo indomável de traçar o livro que lhe permanecia no subconsciente, o livro de sua vida, interessante em todas as etapas.

Aspirava a ser alguém no conjunto social, ele, que até o nome de batismo, teve que completar com um sobrenome de sua escolha — Serpa — que nem sempre figurou na sua assinatura. Mas que importam as duas redações anteriores do nome de Justiniano de Serpa, se, com esta, a definitiva, venceu na vida espetacularmente, e se apagaram aquelas?

Em 1888 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife, precedido de notoriedade como jornalista e tribuno. Já se havia salientado na campanha da extinção do cativo, sendo com Antônio Bezerra e Antônio Martins um dos poetas abolicionistas das *Três Liras*.

A política era o caminho seguido por aqueles que almejavam eminentes posições e a serviço dela J. de Serpa mobilizou as suas elevadas faculdades. Pertencia às hostes do Partido Conservador Graúdo, cujo órgão, *A Constituição*, o contava entre os seus redatores.

O partido, que era chefiado pelo Barão de Ibiapaba, elegeu-o deputado provincial para as legislaturas que medearam entre 1882 e 1889, e, estabelecendo-se a República, como nova

forma de governo, foi representante do Ceará na Câmara Federal e um dos signatários da Carta Constitucional de 1891.

A política cearense apresentou sempre feição agitada, oriunda do antagonismo das correntes existentes que se disputavam o poder, havendo-o até entre membros da mesma seita, alguns dos quais chefiavam grupos (a imprensa contrária chamava-lhes ironicamente de grupelhos) dentro do próprio partido.

Destarte, personagens que desfrutavam excelentes vantagens e posições podiam cair de um dia para outro, graças ao malabarismo de adversários hábeis.

J. de Serpa tinha que passar pelas forças caudinas da política regional ao que se juntou o rompimento de relações com o jornalista Martinho Rodrigues, talvez o seu mais íntimo amigo. Serpa era, porém, o lutador das retiradas estratégicas. Ausentou-se do Ceará, mas sempre com o olhar voltado para ele. Em Manaus, para onde se transportou, exerceu cargos importantes sem prejuízo do jornalista que era. Fundou ali *A Federação* e o *Rio Negro* e, nesses postos de trabalho, como no tempo do *Diário do Ceará*, viveu a incentivar e acolher os literatos patricios que demandavam a capital amazonense.

Tais encontros lhe causavam um alegrão por mais modestas que fossem as inteligências conterrâneas que se lhe deparavam.

Um dia, na redação de um dos jornais precitados, palestrando com alta figura da situação política amazonense, J. de Serpa teve de apresentar-lhe os cearenses que iam aparecendo.

Apresentações de poetas acumularam-se dentro de curto espaço e o amigo de J. de Serpa, o Dr. Guido de Sousa, de quem ouvi o fato, tocado de espanto, não pôde reprimir um comentário: "Oh! Serpa, peio que vejo todo o mundo é poeta na sua terra!"

A alguns a observação talvez se afigure como pilhéria, mas eu vislumbro nela uma verdade e me inclino a crer fosse um elogio ao cearense, cuja alma nunca se esvasia de resig-

nação, de ânimo combativo, de empresas temerárias que são também maneiras de fazer poesia.

O cearense é poeta daquela classe de poetas aos quais compete uma missão social a realizar.

Esse próprio Serpa representava, no momento, os fascículos da obra que estava compendiando, a poesia da luta existencial da raça, a que faltavam ainda outros a serem compostos aí em Manaus e alhures, no Pará, para onde se transferiu depois e que o enviou, como seu representante, ao Congresso Federal.

Aqui, porém, na terra de origem, para onde regressou, após longa ausência, eleito Presidente do Estado, trabalharia as últimas estâncias.

Fácil se torna imaginar os sentimentos que lhe assoberbavam o íntimo nesse retorno triunfal, sentimentos de alegria, incentivando desejos de prestar serviços ao Ceará. Para o mister de governar a sua terra, egressa havia pouco de uma seca, carecia de ampla colaboração patriótica e, para isso, convinha evitar o rolo compressor da política de partidos, governando, entretanto, com os partidos.

Essa ótima disposição de reagir contra o industrialismo faccioso, que não passava além dos interesses da grei, J. de Serpa exteriorizou-a em carta que, a 16 de janeiro de 1920, dirigiu do Rio ao coronel Emílio Parente, chefe conservador de Sobral.

“Devo dizer-lhe — declara Serpa em tópicos da carta em apreço — que, aceitando a candidatura à Presidência do Ceará, de acordo com o sr. Presidente da República, o fiz no intuito e com o objetivo exclusivo de bem servir à nossa terra, que governarei sem esposar ódios de ninguém.

Não tenho preocupações partidárias, nem prevenções e preferências. Procurarei aproximar, congregar os bons elementos políticos do Estado.”

Os 68 anos feitos ao assumir a tarefa presidencial, não lhe haviam prejudicado a perpendicular da figura abaixo da média e que procurava corrigir com o porte direito, a cabeça

erguida, agora na moldura da cabeleira inteiramente branca, que alisava, de vez em quando, com gesto vaidoso.

Possuindo traços fisionômicos corretos, com aquela fronte alta, de sábio, e a tez que se lhe alvejara um tanto com a idade, passou, de feio que o era noutros tempos, a ter na velhice uma cabeça quase bela, singularidade apresentada por certos físicos humanos.

Viera apercebido de grande reserva de cearensismo dinâmico e realizador para a tarefa administrativa e, cultor do Direito, reformou a Constituição do Estado, fez promulgar as Leis da Organização Judiciária, do Código do Processo Criminal e do Código do Processo Civil e Comercial.

A ação do reformador resplandeceu, no entanto, na órbita educacional com as novas diretrizes dadas ao ensino público para o qual se desvendaram mais claras perspectivas.

Provindo das mais subterrâneas raízes do blebeísmo, sabia que é pelo seu grau de instrução que se afere o valor de um povo.

Deste modo, aproveitando-se da realidade cearense, adstrita à formação da mentalidade, esboçou um ciclo de reformas e empreendimentos que não chegou a concluir por tê-lo ferido a morte. No Rio de Janeiro, para onde o levou o imperativo da saúde abalada, faleceu J. de Serpa, a 1º de agosto de 1923, sem terminar o quadriênio presidencial, na curva do seu destino de ascensões.

É um exemplo que deslumbra e não há melhor maneira de explicar o levantamento, na Praça Figueira de Melo, da efígie em bronze desse homem raro, que já se tinha erguido sobre si mesmo.

Não foi por uma inspiração ocasional, que Manuel Leiria de Andrade colocou a Cadeira que criou e ocupou na Academia Cearense de Letras sob a égide do nome brilhante de Justiniano de Serpa.

Há, claramente, nessas duas figuras intelectuais, que se fizeram por si mesmas, notáveis semelhanças e afinidades de destinos. Apesar de boa ascendência, Leiria curtiu pobreza,

viu a necessidade ensombrando-lhe as alegrias da infância e os sonhos da juventude.

Antes de tornar-se o jurista, o professor, o advogado, o tribuno, o homem de letras, com atuação na vida político-administrativa do Estado, enfrentou lutas em que se condensavam esforços e sacrifícios ingentes para triunfar no meio. Percutia-lhe o cérebro desde cedo a obsessão de estudar. Como iria haver-se nessa como asfixia de apertos financeiros D. Maria Joaquina de Melo Andrade, desvelada mãe do pequeno Leiria, a qual tinha ainda outros filhos menores a educar?

O major do Exército Joaquim José de Andrade, seu esposo, falecera em 1898, deixando Leiria na idade de 9 anos. O brioso soldado mereceu honrosas menções em documentos oficiais, tendo sido distinguido pelo Governo da Confederação Argentina com o diploma e a respectiva medalha de prata da Campanha contra o Paraguai.

A sua fé de ofício, papel brilhante, recheava-se de louvores e elogios pelo modo por que se portou em ocasiões memoráveis dos primeiros tempos da República, durante os governos agitados do Generalíssimo Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano.

Se opulento era o patrimônio moral legado à família, mesquinho, porém, pelas condições da época, o montepio que por motivo de sua morte, coube à viúva e filhos. Como prover a subsistência e a educação das crianças? E o jovem Leiria, vivo, veemente, sacudido por aquela febre alta de instruir-se...

Feito o curso primário, matriculou-se no Liceu, afirmando-se desde logo estudante incomum. Visitava-o por esse tempo, gloriosa alegria, que vem da confiança que o indivíduo tem em si próprio.

E daí o folgazão, o boêmio improvisado, atraente, em que se desdobrava, empolgando a "negrada" da cidade estudantil, durante os intervalos das lições, com as maravilhas musicais do ínfimo instrumento que tocava — o realejo de boca — muito espalhado entre a garotada das areias. Óperas, operetas, xeréns de violas, valsas, sambas, em tudo que tocava,

entornava a fascinante alegria de sua mocidade ardente e sonhadora. Era fantástico.

Os companheiros que o cercavam, frementes de entusiasmos, abriam um barulho de aplausos no meio da folia sonora, que só findava ao toque da sineta, anunciando o reinício dos trabalhos.

Sumia-se então o brincalhão, o inigualável tocador de reajo e surgia o estudante que ia defrontar-se com o professor, em perfeita forma, levando o ponto estudado, que exporia com segurança e discernimento sob a admiração unânime dos presentes.

Conheço daquele tempo cadernos seus, de inglês e de francês, nos quais os trabalhos de tradução e versão, escritos em bela caligrafia, sem borrões e quase sem emendas, acusavam o estudante em que se processava a magnífica simbiose do talento e do estudo afervorado.

Nas matemáticas era o aluno ímpar, chegando, algumas vezes, com os seus conhecimentos de álgebra, geometria e trigonometria, a colocar o professor da cadeira numa posição incômoda.

Por mais promissor, entretanto, que o futuro se antolhasse ao jovem Leiria, ele sentia sob os pés, nessa jornada heróica dos estudos, o pedrouço de agudas arestas que, em dia próximo, lhe empeceria os passos.

Estudante paupérrimo, sem mesada, sem recursos para acorrer às despesas mais urgentes, via-se na iminência de baquear no meio do caminho. Cogitou de um emprego e, como soubesse de um concurso aberto na Delegacia Fiscal, submeteu-se às provas, conquistando o primeiro lugar e uma colocação naquela repartição federal, que o auxiliou a transpor o degrau do bacharelado em ciências e letras. Tenaz em achar a solução de um problema de sua vida, entrou, em 1910, para a Faculdade de Direito do Ceará.

Aí se entregou aos novos estudos, abeberando-se na ciência do Direito que, desde o início do curso, cultivou apaixonadamente. Vencia não só as dificuldades da matéria que estudava (Enciclopédia Jurídica), como também com extraordi-

nária acuidade apresentava objeções ao projecto lante Dr. Soriano de Albuquerque.

Sentia-se forte para enfrentar tudo até a necessidade que passava freqüentemente por ele, roçando-o.

Não se abate, ao contrário, ergue, altivo, a cabeça. A necessidade suscita-lhe uma idéa vitalizante, salvadora: escrever pontos da matéria que estuda com vantagem e, os colegas menos atentos que não sejam sovinas, lhe remunerem o trabalho, 5\$000 cada exemplar.

Nesse trabalho, quando não lhe era possível assistir às aulas, recebia a cooperação de colegas aplicados que lhe transmitiam o resumo do que tinham ouvido. É o que se pode verificar através da nota que acompanha o ponto *Evolução religiosa*, estampado no *Diário do Estado*, de 25 de novembro de 1910.

Esses pontos, publicados na imprensa local, foram refundidos e, mais tarde, em 1915, reproduzidos, quando o seu autor já ocupava na Faculdade a cátedra de Enciclopédia Jurídica.

No ano seguinte (1911), já vencida a primeira etapa do curso jurídico, foi nomeado por ato de 18 de março Promotor da Justiça da comarca de Canindé.

Sorriu-lhe a terra mística de São Francisco das Chagas, onde encontrou a virtuosa e linda jovem Maria Celsa Monteiro para quem o seu coração se sentiu atraído e que desposou em 1º de maio daquele ano. Advieram-lhe com o novo estado mais responsabilidades que enfrentou cheio de disposição, empregando as horas de lazer em lecionar num colégio da localidade. E, completando a lista de atividades e labores, prestou, na época prescrita, exame na Faculdade, passando distintamente para o 3º ano.

Em suma, esse ano de 1911 correrá bem, ao passo que o de 1912 amanheceu toldado de nuvens pressagas. A situação política do Estado acabava de sofrer profunda mudança em virtude da deposição do presidente Nogueira Acióli. O governo do Marechal Hermes da Fonseca esfacelava as chamadas oligarquias estaduais. Incompatibilizado com os novos detentores do poder, Leiria foi demitido da Promotoria de Canin-

dé. Regressou para Fortaleza, sem meios, sem emprego e sobrecarregado das responsabilidades do lar que construía havia pouco.

Mal visto da situação dominante que, provavelmente, o hostilizaria, valeu-se do recurso do magistério particular, lecionando em vários colégios sem prejuízo da sua freqüência às aulas do 3º ano da Faculdade. Oh! a luta bárbara! Vencê-la-ia com a conclusão de seu curso jurídico que lhe rasgaria belos e amplos horizontes.

Na velha República, e ainda na Pátria Nova, a facção política que galgava o poder não perdia ensejo para julgar desfavoravelmente a obra administrativa da que a precedera. E que se diria de um governo deposto pelas armas, no caso, o do Comendador Nogueira Acióli, que manobrou a máquina governamental durante 20 anos?

A atuação aciolina foi encarada pelo governo que veio depois através de um ângulo superlativamente agudo.

A Faculdade de Direito tinha de pagar o seu tributo. Consideraram-na uma instituição criada em proveito dos rebentos do ex-presidente e de amigos aproximados, passível, portanto, de ser fechada.

Assinando-se X, Leiria ocupou-se da importante questão pela imprensa. Em mais de um artigo, estruturado em argumentos irrefutáveis e aguçado de rigorosas interpelações, discutiu o caso, verberando “o subjetivismo do *querer*” na função administrativa.

As luzes da ciência do Direito que o fascinava, ele desejara vê-las refletirem-se na vida republicana que, no seu ardente idealismo de moço, se lhe afigurava desviar-se da verdadeira finalidade. Repetiria em outros termos a famosa frase daquele republicano histórico “não ser essa a República que sonhara” — dedução que é lícito fazer à vista de colaborações firmadas não só com aquele pseudônimo como também com o de “Silverius” e o seu próprio nome, nas quais focalizava assuntos diversos sob o prisma do Direito.

Referta de sentimentos patrióticos é a carta dirigida ao advogado Eduardo Girão que, num bate-papo amistoso, acoi-

mara o seu interlocutor de monarquista em face de ásperas críticas ao regime. Leiria protestou.

“Não sou monarquista! — exclama na aludida carta. — Nasci aos albores radiantes da alvorada republicana. Cresci amando a luz meridional das zonas de meu país, sob o influxo racional das idéias do meu povo e do espírito de minha época.

Aprendi a ler deletreando no símbolo plástico das regiões do Cruzeiro as duas grandes forças da razão humana — ordem e progresso.

Trago na alma o pendor equilibrado dos sonhos da liberdade e sou republicano!

Mas uma inextinguível tristeza obriga-me a falar das nossas dores, das nossas misérias, das nossas grandes injustiças sociais que são, por assim dizer, as nossas desgraças e que se amontoam à responsabilidade moral da República.”

De Rui Barbosa, a Águia de Haia, ainda se sentiam os ardores da campanha civilista e o peso das arremetidas ao governo da República. A mocidade acadêmica, o Brasil mental vivia empolgado com a eloquência insuperável de Rui. O estilo do acadêmico Leiria de Andrade refletia a ascendência espiritual do notável baiano.

Aliás, o estudante hauria a hipnótica aura da esperança. A vida do palco, animada pelos êxitos da inteligência, era invejável; a dos bastidores, porém, um contraste daquela. Um dos pontos de referência da biografia de Leiria, na fase dos seus estudos, é a luta pelo emprego, ou melhor, a luta pela vida.

Perduravam as dificuldades financeiras que o levaram, mais uma vez, a cogitar de melhor colocação. Ocupou o cargo de professor da Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará, do qual se exonerou pouco depois para fundar o Colégio Colombo, que não deve ser confundido com o seu homônimo, criado anteriormente pelo talentoso Francisco Gonçalves, que também freqüentava o 4º ano da Faculdade.

O trabalho continuava a ser uma expressão fortemente acentuada na existência inquieta de Leiria, que via aproximar-se a hora solar da sua vitória de estudante.

Em novembro de 1914, concluído o tirocínio jurídico, feito com distinção, colou o grau de bacharel, sendo o orador oficial da turma e honrado (igualmente o seu colega Dolor Uchoa Barreira, que também fizera curso brilhante) com a aposição do seu retrato no salão nobre da Faculdade, fato singular, até hoje, nos anais desse estabelecimento de ensino superior.

A turma de bacharelados pertenciam, além de Manuel Leiria de Andrade e Dolor Uchoa Barreira, Francisco de Menezes Pimentel, atual Interventor Federal neste Estado, Mozart Pinto Damasceno, Alfredo Nunes Weyne, José Jucá de Queirós Lima, que, já sexagenário, conquistava com galhardia o seu diploma, e outros nomes que sobressaíram em cargos e profissões.

Estava terminado memorável ciclo da vida de Leiria percorrido com inúmeras dificuldades a que ele aludiu quando, já professor da Faculdade, em nome da respectiva Congregação, usou ali da palavra na inauguração do retrato do general Benjamim Barroso, então Presidente do Estado.

Em certa passagem da sua peça oratória, após enumerar benemerências da ação governamental, falou como o viajante exausto da extensa e penosa travessia.

“Bem sabeis que venho cansado de sofrer; bem reconheceis na evocação do romance da minha vida — vinte e cinco primaveras amadurecidas na dor...”

O cansaço, porém, era momentâneo e — quem sabe? — um ornato sensibilizador. Rui Barbosa, o ídolo da mocidade das escolas, amava entremear a nota pessoal, romântica, nos seus períodos de andamento longo e majestoso.

A subestrutura moral de Leiria era a de impertérito batalhador e um dos mais difíceis passos da luta tinha sido transposto admiravelmente. Outras vitórias haveriam de chegar.

Pouco tempo depois de sua formatura, vagou na Faculdade de Direito o lugar de catedrático de Enciclopédia Jurídica, para o qual foi nomeado, após concurso que constituiu espetáculo sensacional nos meios científico e literário de Fortaleza.

Esse concurso foi o primeiro a realizar-se na Faculdade de Direito do Ceará, pois até então era praxe do Governo nomear pessoas agradáveis à política dominante, não obstante encontrarem-se nesse rol grandes nomes da geografia cultural cearense.

A função professoral não absorveu todavia esse espírito ágil e inquieto que se evadia do espaço confinado e do sedentarismo da cátedra para esgrimir na arena tumultuosa da advocacia. A tribuna judiciária testemunhou então o fascínio, a força da sua eloqüência e, nessa atitude, comparavam-no ao célebre causídico Dr. Bezerrinha.

Ainda enche o foro indígena o rumor da argumentação e da lógica cerradas de Leiria em causas que patrocinou e nas quais as réplicas e tréplicas flamejavam e queimavam como brasas acesas.

Eram advogados de verdade os seus antagonistas, da estirpe de Pompílio Cruz, Quintino Cunha, Dolor Barreira, Valdemar Falcão, Jorge Severiano e outros, que arrastavam ao plenário a multidão ávida da palavra que dominava e destroçava.

A uma inteligência dessas, aprimorada pelo estudo, e patenteada onde quer que se apresentasse, estavam reservadas não somente as conquistas nas profissões liberais, senão também as distinções na vida pública.

E ei-lo a subir, sem intercadência uma alta escada de cargos oficiais nos três quadriênios governamentais que se seguiram.

Ah! Os júbilos do homem que venceu a luta bárbara! Leiria experimentou a embriaguez desses júbilos, vendo a existência transformar-se-lhe num dia de flores, de cânticos, de sol.

Ontem e hoje! Naquele tempo o labor da formiga, rodeado de circunstâncias, qual a mais áspera. Agora, nesse verão de sol glorioso, o canto da cigarra. O poeta manifestava-se em Leiria, partícipe que era do movimento que então se operava e do qual o ressurgimento da Academia Cearense de Letras era uma demonstração. Jornais e revistas literárias

estamparam as suas produções poéticas, ora com o seu nome, ora sob o pseudônimo de Eça de Góis.

Versos Leiria tê-los-ia composto antes? Para uma afirmativa, faltam documentos probatórios. Entretanto, é possível que os tivesse feito o artista singular que arrastava a rapaziada do Liceu, arrancando primores musicais de um pequeno inarmonico instrumento de carregação; o estudante impetuoso e comunicativo, de inteligência proteiforme que deslumbrava a mestres e condiscípulos; finalmente, o ditoso noivo da linda Celsa, em torno de quem esvoaçavam os seus pensamentos de ventura.

Uma revista da época, publicando-lhe a poesia *Ave Sol!*, teceu este conceito: “Leiria de Andrade é o novo adepto do credo modernista no Ceará. Nome feito nas nossas letras, Leiria de Andrade trará à corrente da reação artística o contingente considerável de seu valor mental.”

Leiria de Andrade, teria ele sido, em verdade, um poeta modernista? Acusa a sua poesia, de modo integral, o sentido cósmico, a história da terra e do povo, em suma, apresenta ela os sinais diferenciais que devem existir entre essa reação artística e as velhas escolas literárias?

Ouçamo-lo, em parte, na precitada poesia:

Ave Sol!

*O sol é a glória da luz;
a energia dinamizada do calor;
estanca a leiva dos pântanos;
da cor dos lírios
irisa os pétalos
e abre no seio da terra mãe
os germes da fecundação.
Cantam-lhe a eterna glória
os poetas;
Chama-o de Astro-Rei
o mundo todo;*

*saúdam-no os pássaros nos albores da manhã;
e choram-lhe as virgens
o lânguido ocaso, à tristeza crepuscular.*

Leiria olha a Natureza, é certo, e as suas pompas, que lhe arrancam gritos de admiração. Exalta o sol, que é para nós não somente a fonte da vida mas não raro uma causa da morte. Traça-lhe fervoroso elogio, entretanto, numa curva da inspiração o objetivismo cede lugar à idéia que lhe vive no subconsciente e então o poeta fala de si.

*Exalço também as tuas pompas, lindo sol;
Canto bem alto os poemas de tuas generosas*
[*dád:vas,*

*Mas não esquecerei nunca
que há na terra,
radiante, como tu
— sol das alturas!
uns olhos que brilham
majestosamente, mais do que tu brilhas
e dão luz à minha cegueira,
alumando toda a minha razão de viver.*

*Se esses olhos se fecharem um dia,
não mais precisarei de tua luz,
— Sol das alturas!*

Nesta poética não se observa a preocupação da forma, a música das rimas opulentas, a embevecedora regularidade do ritmo, o que produz uma miragem de arte modernista. A sua essência é lírica, e, ao contrário da crença modernista, troca a vida pela morte, caso haja a cessação da luz de uns olhos.

Em outras produções poéticas que se lhe conhecem *Minha visão*, *A minha filha Maria José* e até *Glorificação* que, apesar de trazer esta legenda “Poema que Leiria de Andrade oferece ao aroma simbólico do espírito moderno” — persiste o lirismo,

predomina o subjetivismo, a nota intensamente pessoal. A despeito disso, os seus versos, pela linguagem e pela técnica possuem algo daquilo que li em Artur Orlando: “Um poema é sempre uma cristalização de todos os conhecimentos e sentimentos do tempo de seu autor”.

Também a sua prosa, sob o imperativo da moda literária, passou por transformações. O discurso em “homenagem à memória de Ernani Gomes” — como que estabelece fronteiras nos arraiais do pensamento e da estética. E é — conforme um jornal que apreciou o brilhante discurso — um primor de filosofia e fisiopsicologia científica, cuja beleza da frase e nervosidade do estilo atrai e arrebatam.”

Não há nela sobrevivência do estilo de Rui Barbosa que, pela nova ordem literária da época permanecia no outro lado, em penumbra artificial, como tantos outros notáveis da literatura brasileira.

Filiando-se ao modernismo, Leiria, homem do seu tempo, mostrou-se coerente consigo mesmo. No tocante à poesia, esta sempre se manteve em função com o seu temperamento vibrátil, de exaltações irreprimíveis, traduzindo as alegrias dos dias luminosos, como também lhe serviu mais tarde para instrumentar a saudade, os sofrimentos, o intempestivo crepúsculo que baixou sobre a sua vida.

Cultivou a poesia menos para fins de êxito literário do que pela necessidade de comunicar emoções, idéias e pensamentos. O amor, como no-lo descreve na poesia intitulada: “A minha filha Maria José”, assume um aspecto trágico, de morte. À lei inflexível do sentimento tirânico, despótico, ele desejava subtrair a linda criança, colocá-la em asilo seguro — a sua alma de pai.

*“Eu sinto, meu amor,
um desejo ardente de beijar-te,
uma vontade estranha de apertar-te,
unindo-te a meu peito,
e de fazer de minhalma o teu pequeno leito,
onde possas reclinar a loira cabecinha...”*

E, mais adiante, as suas palavras adquirem uma vibração emocional, dir-se-ia de delírio:

*Amarás,
Sofrerás...
Alimentar-te-ás do fogo eterno,
que ensandeceu Fausto e levou Dante ao inferno.
Serás Margarida, encarnarás Beatriz,
ou a infeliz Julieta de Romeu infeliz...*

E, consternado, explica:

*"Eis porque...
eu sinto um desejo louco de apertar-te,
e uma vontade doida de não mais soltar-te,
para que sejas — loura e pequenina —
sempre o pétalo vermelho do seio da bonina,
o casulo do Amor, o aroma da Esperança,
os enlevos de teu pai nos dias de bonança
e o consolo de teu pai nas horas de tristeza..."*

"Pela própria natureza do seu pensamento — escreveu algures Tasso da Silveira — nada do que o homem faz é estável e definitivo, — e nada o satisfaz. Constrói para destruir, destrói para construir, e quantas vezes para voltar ao modelo destruído, mil vezes vilipendiado e calcado pela ironia do seu desdém!"

E, noutro passo:

"Exaspera-se, fatiga-se, dilacera-se em marchas forçadas para voltar ao ponto de partida, depois de uma atitude de vôo que é uma deliciosa curva embriagadora. Depois compreende a inutilidade do seu esforço; mas lá voltará a repetir o mesmo esforço, o mesmo vôo exasperador, para concluir de novo que regressou ao ponto de partida — e que tudo fora inútil." Leiria de Andrade partiu para um centro de maior atividade, o Rio de Janeiro, levado à mercê — como concluir?

— à mercê, talvez, de um turbilhão. O turbilhão não é uma simples metáfora na existência humana.

Estarei, porventura, a romancear a vida de Leiria de Andrade?

Mas ele mesmo não disse “o romance da minha vida”, naquele discurso, anos atrás, num dia de alvorada gloriosa?

No Rio, continuou a lutar. Ocupou vários cargos importantes e fez o concurso para a Cadeira de Direito Penal na Universidade do Rio de Janeiro.

Ali no meio das suas atividades, abordou-o a morte, a 9 de dezembro de 1935.

Morria aos 46 anos de idade. Na antevéspera do dia trágico, o viver concentrou-se-lhe na visão introspectiva da filha querida ausente, do lar distante. Em redor dele, no seu aposento de doente, a solidão, o silêncio.

Por que não se cumprira o desejo que estruturou aqueles versos feitos a Maria José?

*“Para que sejas. . .
os enlevos de teu pai nos dias de bonança,
e o consolo de teu pai nas horas de tristeza. . .”*

A tristeza da solidão e do silêncio!

A tortura excruciante da saudade!

E, para exprimi-las, Leiria de Andrade tomou da pena e, febril, e num supremo esforço, escreveu *Desesperos*, o último poema.

*Filha! teu pai te chama e tu não vens!
Que fazes que não vens?
Anda em trevas a minh alma
e o meu coração espera inutilmente por ti.*

*Por que não vens?
Certo, aí aonde vives
não chegaram ainda
as queixas de minh alma!*

*Faz muitas noites, filha,
que eu, doente,
em vigílias passo;
e a sós,
pensando em ti,
me consumo...*

*Escuta: nunca mais vi o brilho da alvorada,
porque meus olhos
tristes, já não sabem vê-la,
cansados de fitar o azul...
para te ver chegar,
— tu que não vens!
Maria José!*

*Estou lembrando, em febre torturado,
os teus bracinhos
e as tuas mãos pequenas.
Os teus bracinhos enlaçando-me a cabeça,
e as tuas mãos,
tão leves
nos meus cabelos,
Ah! que saudade de ti!
Que saudade dos teus olhos
tão claros, tão bonitos...*

*Estou lembrando a tua doce voz
Quem a escutará a esta hora,
e quando tu disseres:
“Meu paizinho!”*

*E se te machucares,
quem enxugará
as tuas pobres lágrimas de criança?
Quem te acolherá?
Quem te beijará?*

*E as tuas lições, meu anjo?
Quem, pressuroso,
folheará o teu livro
para te ensinar as sílabas
da palavra — Saudade!
Ah! que saudade de ti!
Os dias rolam para sempre
e a tua infância
 com eles
rola descuidada,
sem o carinho de teu pai.*

*No entanto, donde estou, velo por ti.
Todos os dias cubro-te de beijos
 e, as noites todas,
agasalhando-te contra o frio da ausência,
cubro-te com o lençol de minha alma.
 Filha!
Se algum dia te disserem que eu parti,
 que te deixei,
não creias. É mentira!
Vivo junto de ti a todo instante
e, a teu lado, noite e dia,
ronda o meu pensamento.
E, quando tu te deitas, meu anjo,
se alguma coisa sentes
machucando levemente
a tua cabecinha,
não temas,
dorme tranqüila,
é de teu pai
o coração! . . .*

Esta poesia é uma folha avulsa da obra literária que Leiria de Andrade não coordenou, a qual se fragmenta nos pontos de Enciclopédia Jurídica, nos artigos doutrinários e de polê-

mica, nos discursos, composições poéticas e outros trabalhos, tudo esparso nas fugazes colunas de jornais e revistas.

Os pontos de Enciclopédia Jurídica fogem à minha alçada de leiga no assunto; direi, entretanto que, pela elevação dos conceitos e elegância do dizer, se me representam como uma construção de valor na ciência do Direito.

Leiria de Andrade não atingiu a plenitude do seu destino, sem faltarem à sua vida as dimensões majestosas das vidas notáveis.

Não pressentiu o seu fim, a bem dizer, prematuro, ainda se sentia na força dos anos, com muito horizonte diante de si e, daí, a não cristalização da obra que levantava vôos na sua imaginação.

Na labuta das nossas letras, foi um companheiro que partiu cedo, deixando os que ficavam sob a perene irradiação dos seus atributos intelectuais, semelhantes àqueles astros já frios, cuja luz ainda flameja nas alturas do firmamento.